

## A MESTIÇAGEM COMO EXCLUSÃO DO INDÍGENA NAS PROPOSTAS DE FRANCISCO PIMENTEL (MÉXICO – 1864)<sup>1</sup>.

Luiz Estevam de Oliveira Fernandes<sup>2</sup> - leof79@gmail.com

### Resumo

A questão da mestiçagem e do papel do indígena nas sociedades independentes foram discussões comuns em boa parte da América no século XIX. No México, conservadores e liberais defenderam a possibilidade da mestiçagem entre “brancos” e “índios”. Um deles, foi o conservador Francisco Pimentel, filólogo e literato ligado ao governo de Maximiliano e às principais instituições científicas do país, escreveu, em 1864, *Memoria sobre las causas que han originado la situación actual de la raza indígena*. No livro, Pimentel fez um ataque ao projeto de modernização liberal e apontou o “problema indígena” como uma das principais mazelas do México, propondo uma mestiçagem que eliminasse o fenótipo índio da população e a educação como forma de acabar com essa “reminiscência do passado”. Neste trabalho analisaremos tais propostas e a questão da mestiçagem na segunda metade do XIX mexicano.

### Abstract

The *Mestizaje* (crossing of races) process and the role of the Indians in the independent societies were common issues almost everywhere in the American continent during the 19<sup>th</sup> century. In Mexico, conservatives and liberals defended the possibility of crossing between “white” and “Indian” races. One of them, Francisco Pimentel, was a philologist and literate connected to Maximilian’s government and to the main Mexican scientific institutions, and wrote, in 1864, *Memoria sobre las causas que han originado la situación actual de la raza indígena*. In this book, Pimentel made an attack on the liberal modernization project and pointed out the “Indian problem” as one of the principal sores of Mexico, recommending a *Mestizaje* that would eliminate the Indian phenotype of the population and that Education should be the way to banish this “reminiscence of the past”. In this paper, we analyze these proposals and the *Mestizaje* issue in México during the 19th century.

---

<sup>1</sup> Este trabalho faz parte das investigações que resultaram na tese *Patria mestiza: memória e história na invenção da nação mexicana entre os séculos XVIII e XIX*, defendida em 2009 no IFCH-UNICAMP, e que contou com financiamento do CNPq.

<sup>2</sup> Prof. Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto e Pesquisador colaborador do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas.

Em 1864, publicou-se no México uma obra que abordava a questão da mestiçagem como um elemento forçosamente necessário para livrar o país do elemento indígena. Seu autor, Francisco Pimentel, era um intelectual conservador, filólogo e literato, membro da influente Sociedade Mexicana de Geografia e Estatística. Durante a intervenção francesa, apoiou o novo governo imperial e, por sua fidelidade e renome intelectual foi nomeado prefeito da capital durante o governo de Maximiliano e ganhou o título de Conde de Heras.

Foi justamente à frente da prefeitura que escreveu *Memoria sobre las causas que han originado la situación actual de la raza indígena*, livro dedicado ao imperador “em prova de amor e respeito”. Na quarta parte do livro (as demais falam de História indígena), quando trata da atualidade do tema em meados do XIX, Pimentel evidenciou sua visão da integração nacional e porque se a desejava:

Mientras que los naturales guarden el estado que hoy tienen, México no puede aspirar al rango de *nación*, propiamente dicha. Nación es una reunión de hombres que profesan creencias comunes, que están dominados por una misma idea, y que tienden a un mismo fin. ‘Donde las costumbres, los usos, el interés y el lenguaje difieren, dice un escritor [Albert Fritot, *Science du publiciste*], no puede haber ni unión, ni fuerza, ni patria; y una nación compuesta de pueblos diferentes, sería en cierta manera extranjera para sí misma’. No es posible obedecer por mucho tiempo á un mismo gobierno y vivir bajo la misma ley si no hay homogeneidad, analogía, entre los habitantes de un país. Y, ¿qué analogía existe en México entre blanco y el indio? (PIMENTEL, 1864, p. 217)

Nesse trecho, Pimentel deixou claro que havia uma polarização da população mexicana que balizava suas argumentações. Era como se no México não houvesse outros grupos que não índios ou brancos e que, entres esses dois grupos não existissem brutais diferenças. Quando aprofundou esse raciocínio binário, o Conde Heras deixou claro que a oposição era, aparentemente, intransponível: o branco era rico, católico, civilizado e culto; o índio, em contrapartida, pobre, idólatra, rude e bárbaro. Vejamos sua conclusão:

El primero habla castellano y francés; el segundo más de cien idiomas diferentes en que da á conocer sus ideas. El blanco es católico, ó indiferente; el indio es idólatra. El blanco es propietario; el indio proletario. El blanco es rico; el indio, pobre, miserable. Los descendientes de los españoles están al alcance de todos los conocimientos del siglo, y de todos los descubrimientos científicos; el indio todo lo ignora. El blanco viste conforme á los figurines de Paris y usa las más ricas telas; el indio anda casi desnudo. El blanco vive en las ciudades en magníficas casas; el indio está aislado en los campos, y su habitación son miserables chozas. Este es el contraste que presenta México: ¡con razón dijo Humboldt que era el país de la

desigualdad! *Hay dos pueblos diferentes en el mismo terreno; pero lo que es peor, dos pueblos hasta cierto punto enemigos* (PIMENTEL, 1864, p. 217-218, grifo meu).

O terreno era o mesmo, a nação, a pátria carente de homogeneização, sem a qual não poderia imperar o progresso. Mas sua população encontrava-se bipartida entre uma civilização branca, mimese da francesa (centro irradiador da cultura a ser emulada no México), e indígenas, que sequer falavam a língua nacional (fosse o espanhol por obrigação, fosse o francês, por erudição). Essa situação levava a pátria a um perene estado de tensão entre povos “até certo ponto inimigos”. Pimentel dava como exemplos as Guerras de castas, mencionando Yucatán e as escaramuças nas fazendas do norte: “Não estamos palpando os resultados de nossa situação quando vemos que foi necessário um exército estrangeiro que nos tenha trazido a paz?” (PIMENTEL, 1864, p. 219)

Criticava aqueles que desejavam um avanço ultra progressista, afirmando que a nação dividida impedia esse fluxo de crescimento:

“¿A qué fin pensamos tanto en mejorar las *cosas* cuando no hay *personas*? Queremos caminos de fierro, y la mayor parte de nuestra población no sabe andar más que á pié; queremos telégrafo, y el indio ve su aparato como cosa de nigromancia; queremos introducir el gas en nuestras ciudades, y casi todos nuestros compatriotas se alumbran con *ocote* [*o próprio autor explica, em nota, tratar-se de uma madeira resinosa*]; queremos extender nuestro comercio y no hay consumidores (PIMENTEL, 1864, p. 219)”.

O grifo que o próprio Pimentel pôs em seu texto mostrava que era primeiro necessário promover um progresso das pessoas para depois pensar nas coisas. Em outras palavras: não haveria progresso enquanto ainda houvesse índios. Mas como solucionar tão grave problema, tão torpe contradição? O intelectual pôs-se a responder. Antes de tudo, deveria se introduzir, realmente, a fé católica no México. Explicitando seu plano, Pimentel pensava que a preparação do clero era inadequada. Os sacerdotes deveriam aprender as línguas indígenas e restaurar o esquema de missões, uma vez que haveria uma distorção em sua época: onde se concentrava a maior parte do clero, nas cidades, era justamente onde menos se precisava da manutenção da fé. Além disso, o governo deveria impedir a cobrança de dízimos, pois isso faria com que os índios enxergassem os sacerdotes como missionários desinteressados e inteiramente puros em seus propósitos.

Em segundo lugar, depois da reforma da fé, o México deveria manter o estatuto de cidadania do índio. O tempo se encarregaria de fazer com que os indígenas fossem respeitados

em seus direitos. Afinal, o imperador dera o exemplo: recebia delegações indígenas sempre que elas o procuravam e as sentava em sua própria mesa para ouvi-las. Parte dessa segunda etapa era a necessária erradicação da servidão que ainda imperava em seu país. Como moderado, propunha que, embora crucial, o fim dessa forma de trabalho não deveria ser feito de uma só vez pelo governo, pois uma “mudança brusca em relação ao bem poderia trazer o mal por confundir a ordem das coisas”. Seria preciso conversar com os proprietários e produtores e, gradualmente, extirpar esse tipo de trabalho, tão danoso aos índios.

Pimentel, endossando um desejo que seus rivais republicanos também nutriam, recomendava que se acabasse com as propriedades comunais dos indígenas, pois “quando as terras são dadas a homens que não as adquiriram pelo trabalho e indústria, mas por concessão gratuita da lei, jamais saberão apreciá-las”<sup>3</sup> (PIMENTEL, 1864, p. 223).

Provando que, no trato da questão de homogeneização da nação, liberais republicanos e monarquistas tinham pensamento muito similar, o prefeito da capital afirmava que era dever do Estado tentar fazer com que os índios se esquecessem de seus costumes e, se possível, do idioma que falavam: “somente desse modo perderão suas preocupações, e formarão com os brancos uma massa homogênea”. Para que isso se efetivasse, os indígenas deveriam estudar com os brancos, nas mesmas salas de aula. Ainda assim, “ilustrar” o índio, civilizá-lo, não, necessariamente, melhoraria seu caráter. Talvez em uma referência implícita a Benito Juárez, Pimentel citava exemplos de lideranças indígenas ilustradas que vociferavam contra o governo ou contra os brancos, ou que, ainda, oprimiam seu próprio povo. Diante das dificuldades sobre o que se fazer com os indígenas, afirmou, aturdido, ele próprio, com o que escrevia:

“Después de palpar todas estas dificultades e inconvenientes, en manera ninguna exagerados, parece que debe sobrecogernos el desaliento, y que el resultado de nuestras observaciones nos conduce naturalmente á esta terrible disyuntiva como único y definitivo remedio: ¡matar o morir! Idea horrible, que nos hace palidecer de espanto; pensamiento inhumano. ¿Será preciso que degollemos á los indios como lo han hecho los norte-americanos?” (PIMENTEL, 1864, p. 233-234).

Augustín Basave Benítez, analisando o mesmo trecho de Pimentel, cunhou uma expressão muito apropriada para essa idéia facínora: o pensador mexicano do XIX propunha um “genocídio humanitário”, exterminar os indígenas para o bem da nação. Até aqui, Pimentel, como muitos intelectuais da época, expressava um duplo raciocínio sobre a questão

---

<sup>3</sup> Toda sua argumentação sobre esse ponto foi retirada, na verdade, de Mora, *México y sus revoluciones*, grande cânone do pensamento liberal da época.

indígena. Em primeiro lugar, não argumentava uma linha sobre a mestiçagem, com um sentido físico do termo, pois seu compromisso político era com a uniformidade cultural. Homogeneizar a nação não implicava, necessariamente, em eliminar a diversidade “racial”, mas sim “desindianizar” os índios (BASAVE BENÍTEZ, 1992, p. 25) ou exterminar fisicamente aqueles que não se aculturassem.

Além disso, Pimentel experimentava uma espécie comum de racismo em relação aos indígenas. Esse pensamento discriminatório passava por uma série de etapas. A mais comum delas era plasmar as diferenças entre os próprios indígenas em um único bloco de acusações liberais: os índios eram preguiçosos, rudes, viviam com privilégios corporativos, eram idólatras, tinham acessos de violência súbita etc. Uma vez reduzidos a um denominador comum, “índio”, todas essas pessoas tinham suas formas de vida julgadas sob o parâmetro das sociedades industrializadas da Europa, e viam suas culturas e tradições descartadas como atraso e entrave ao progresso econômico<sup>4</sup>.

Os indígenas, por serem vistos como “nações dentro da nação” (expressão de Humboldt, no *Ensayo Político*), impediam a homogeneização do povo mexicano. Seu modo de se vestir, falar, crer e viver incomodava. Enrique Krauze nos revela que no sul do México, onde não havia minas de prata, os *criollos* e os índios haviam se mantido separados. A cidade de Mérida, em Yucatán, era outro caso extremo. Cercada por uma constelação de povos maias, era conhecida como a ‘Cidade Branca’. A minoria *criolla*, dona de imensas fazendas de sisal, onde até o princípio do século XX se praticava uma virtual escravidão, considerava-se como uma ‘casta divina’ e enviava seus filhos para estudar em Nova Orleans ou na Europa, antes de mandá-los para a cidade do México. Suas suntuosas residências de mármore de Carrara deveriam imitar um subúrbio elegante de Paris, ainda que tivesse sido construído entre os maias. “Em menor grau, Ciudad Real (chamada, em 1829, de San Cristóbal de Las Casas), em Chiapas, era um caso semelhante, onde um fechado grupo de ‘coletos’, em outras palavras, brancos, com a ajuda de uns poucos mestiços ou ‘ladinos’, desprezavam e exploravam os índios, a quem proibiam até de circular livremente pelas ruas” (KRAUZE, 2005, p. 326).

---

<sup>4</sup> “Sin embargo, al igual que en el periodo colonial, estos grupos no fueron simples víctimas pasivas de las políticas definidas por las élites gobernantes sino que se resistieron activamente a ellas, y de la misma manera participaron en la construcción de la nación mexicana. Desde la guerra de Independencia y a todo lo largo del siglo XIX y luego del XX estos grupos han defendido su identidad particular, su derecho a la tierra y a la justicia social, y también una definición de la identidad nacional que los incluye plenamente, a diferencia de la identidad excluyente y única definida por las élites gobernantes” (NAVARRETE, 2004, p. 64).

Krauze, apesar desses exemplos e de todos os esforços para eliminar o elemento indígena por “fusão”, extermínio ou pelo simples esquecimento, afirma que, ao longo do século XIX, nos

“bandos conservadores y liberales, en la Iglesia, la milicia, el Estado y hasta en los negocios, era creciente la presencia de personajes de origen indígena a quienes nadie veía como tales ni señalaba por su origen. En México, la discriminación étnica (el ‘asco racial’, como le llamaría Emilio Rabasa) era menor que en la mayoría de los países colonialistas europeos, y aun muchos de América (Argentina, Chile, Estados Unidos)” (2005, p. 332).

Pimentel, felizmente, não recomendou o extermínio dos índios como política de Estado. Sua solução tampouco era nova ou rara. De fato, estava presente nos discursos de Humboldt, Carlos Maria Bustamante e Servando Teresa de Mier, Guillermo Prieto, José María Roa Bárcena e em todo um amplo espectro político (que seria codificado com a criação da Escola Nacional Preparatória, em 1868): a educação indígena sendo feita nos mesmos moldes da educação para os brancos, integrando os índios como componente da sociedade ao apagar-lhes a cultura. O Conde de Heras, também sem ser inédito na proposta, codificou claramente que esse amálgama cultural deveria ser igualmente físico.

Manter os indígenas, uma vez aculturados, traria o inconveniente de ter que conviver com suas feições, tão distantes do modelo europeu de beleza. Logo a solução não envolvia acabar com uma “raça”, mas “transformá-la”:

“Afortunadamente hay un medio con el cual no se destruye una raza sino que solo se modifica, y ese medio es la *transformación*. Para conseguir la transformación de los indios lo lograremos con la *inmigración europea*, cosa también que tiene dificultades que vencer; pero infinitamente menores que la civilización de la raza indígena.

Pero ¿la mezcla de los indios y de los blancos, dirán algunos, no produce una raza bastarda, una raza mixta que hereda los vicios de las otras? La raza mixta respondemos sería una raza de *transición*; después de poco tiempo todos llegarían á ser blancos. Además, los europeos desde luego se mezclarían no solo con los indios sino con los mestizos que ya existen, y forman la mayor parte de la población... Por otra parte, no es cierto que los mestizos hereden los vicios de las razas, si no es cuando son mal educados; pero cuando tienen buena educación sucede lo contrario, es decir, heredan las virtudes de las dos razas” (PIMENTEL, 1864, p. 237).

O argumento sobre a dificuldade da imigração europeia relacionava-se à forte discussão na época sobre a liberdade de culto, necessidade primeva se a intenção era atrair imigrantes nórdicos, em sua maioria protestantes. Era preferível um herege a um índio. Sendo assim, a “raça mestiça” que se formaria com a chegada dos brancos europeus consistiria em modelo de transição. Como, reconhecia, a maioria da população mexicana já era composta por indivíduos mestiços, o processo de “branqueamento” deveria ser mais rápido do que se supunha. O mestiço, como categoria discursiva, tornava-se um mal necessário, uma etapa na limpeza étnica que se faria, primeiro nas escolas, depois por meio de casamentos. Contrapondo-se ao pensamento europeu de que os mestiços mostravam a decadência das raças e delas herdavam somente seu pior, Pimentel afirmou que, mais uma vez, tratava-se de uma questão de educação: ao receber uma educação europeia, os mestiços mostrariam que eram valorosos. Dessa forma, conseguiriam, como num passe de mágica, inverter suas heranças genéticas: de herdeiros daquilo que havia de pior em seus ancestrais, teriam o melhor deles.

Mais uma vez valendo-se de concepções francesas de nação e de direito, Pimentel, afirmou que quase nunca os vícios e virtudes de uma nação podiam ser condicionados pelo determinismo geográfico ou climático, mas pelas leis e pelos governos que organizam seus povos. Como exemplo, citou a Itália, que tantos povos viu passar por seu território, mas que, mesmo assim, preservou seu caráter. Apesar disso, o prefeito retomou a carga: a unidade racial em um país era preferível. No caso mexicano, tal meta só poderia ser alcançada via “união”, advinda da imigração.

Pensar as raças em seu país era, para o Conde Heras, uma atitude relacional. Não se poderia julgar, como o fazia a corrente de pensamento representada pela minoria ultraconservadora do México, que os índios eram meramente inferiores aos brancos, e por isso utilizar-se de sua mão-de-obra. Se isso fosse feito, estaria se relegando os indígenas ao triste papel de hilotas, como na antiga Grécia. Não desejá-los e ser imediatista na necessidade de eliminá-los poderia levar à terrível solução de se ter que matá-los como nos Estados Unidos. Em contrapartida, elevá-los à categoria de raça original, de legítimos proprietários da terra (parte do discurso da corrente indigenista), seria um erro, pois o que se faria com os brancos ou com os quatro milhões de mestiços que compunham a maioria do país e eram filhos desses mesmos índios com europeus<sup>5</sup>?

---

<sup>5</sup> Navarrete nos lembra como é improvável imaginar que mudança tão significativa na composição social do país fosse resultado, de fato, da mescla racial. Sugere que houve uma mudança massiva da definição étnica entre índios e mestiços, e também entre brancos e mestiços: “la explicación más probable es que estos tres millones

A solução envolvia uma lenta reposição de peças no tabuleiro da população mexicana. O texto voltava a afirmar, em caráter conclusivo, que seria necessário outro estudo para delimitar como se estimularia a imigração ao México. Essa nova análise, que nunca foi produzida, estimularia o debate nos anos 1860 pela liberdade de culto, e das relações entre Estado e Igreja. Esse seria o percurso necessário para que a “raça índia” desaparecesse, para que o progresso tão desejado ao país pudesse ocorrer em uma sociedade única, “com os mesmos costumes” e “iguais interesses”<sup>6</sup>. Até isso ocorrer, a nação teria que conviver com a “raça mestiça”, intermediária entre a realidade do México multi-racial e o almejado “México branco”. Restava o elogio do mestiço e da mestiçagem como um mal menor, como uma etapa na escada da civilização:

“Mientras que el indio es *sufrido*, el mestizo es verdaderamente *fuerte*, y así es que le vemos entregado a los trabajos más duros [...]. El mestizo es valiente [...] Los mestizos son en extremo pródigos, principalmente los mineros [...]. La gente de la raza mixta es alegre, amiga de fiestas y diversiones, jovial y sociable, y, en todas materias, en sus habitaciones, en su traje, en sus muebles, en sus alimentos muestran más gusto, más adelanto y más deseo de progreso que el indio. [...] En cuanto á su inteligencia, en mestizo es agudo, despejado y de fácil comprensión” (PIMENTEL, 1864, p. 239).

É fundamental lembrar que, apesar dos exageros de Krauze em afirmar que o racismo era brando no México (para que se gastariam rios de tinta para discutir a “raça indígena” e sua relação com a “raça branca”, ou a formação de uma “raça mestiça”, se não houvesse um pensamento racializado no país?), a solução para o “problema racial” era diversa daquela da Europa. No Velho Mundo, obras como a de De Gobineau, lançada em 1853, na qual se sentenciava que “a mestiçagem generalizada do planeta o condenava a morte”, faziam estrondoso sucesso. Para muitos biólogos do século XIX, o mestiço era um indivíduo híbrido que participava de duas naturezas: “en él se inscribe por lo tanto la diferencia, la confusión de

---

[Pimentel menciona 4 milhões] de individuos cambiaron de cultura y de categoría étnica, pues dejaron de considerarse, o ser considerados, indios, y pasaron a considerarse y ser considerados mestizos” (NAVARRETE, 2004, p. 82-83). Essa mudança consolidou-se depois da reforma educacional liberal de Gabino Barreda, em 1868, além das transformações econômicas e sociais advindas do triunfo do liberalismo no México: “la educación formal y el ascenso social implicaron un cambio de identidad étnica y transformaron a las individuos indígenas en mestizos modernos” (NAVARRETE, 2004, p. 84).

<sup>6</sup> Pimentel afirma, entre as páginas 239 e 240: “La resolución acerca de la surte de los indios debe, pues, tener por punto de partida el hecho de que existen dos razas diferentes en México, y hemos creído que el único medio de salvar los inconvenientes que resultan es la *unión*: también creemos, y ya lo hemos dicho, que civilizar a la raza indígena aisladamente, es muy difícil, casi imposible, y que aun conseguida su civilización, el país quedaría sujeto a todos los inconvenientes que trae consigo la presencia de dos razas diversas. Queremos, pues, que el hombre de *raza* desaparezca de entre nosotros, no solo de derecho sino *de hecho*; queremos que en el país no haya más que unas mismas costumbres, e iguales intereses. Y hemos indicado el medio: la *inmigración*”.



lo mismo y de lo otro, escándalo ontológico y biológico a la vez” (Paul Aron, J. Apud ROZAT, 2001, p. 220).

O México, pelo contrário, passou a ver no mestiço uma alternativa mais viável ao índio. Por isso o critério racial utilizado por homens como Pimentel não foram únicos para classificar as pessoas no país. González Navarro afirma, baseando seus estudos nos levantamentos oficiais e também em registros feitos nas paróquias, que era vão o esforço de classificar por raças a população mexicana, convindo recorrer a outros critérios, como o lingüístico, para precisar quem era índio e quem poderia ser considerado mestiço, logo menos indesejável (1968, 39).

A proposta de Pimentel, bem como as demais que envolviam a chamada exclusão por fusão, por contrapor-se às práticas norte-americanas e européias, que deixavam pouco espaço para questões como a mestiçagem, condenando-a pelo declínio das raças superiores, foi considerada como anti-racista. A mestiçagem provia ao México uma opção pós-colonial, uma ferramenta efetiva que poderia reverter ou sanar a centenária base colonial do país, assentada na garantia da diferença cultural e racial de índios e brancos: “*mestizaje* [...] was generally considered antiracist, anti-imperial, and more inclusive of a greater portion of Latin America's diverse citizenry in political and cultural engagements than ever before” (MILLER, 2004, p. 7).

Mas, por outro lado, é possível analisar o discurso da mestiçagem como um desdobramento de formas de pensamento hierarquizado do colonialismo. Essa é uma proposição de um revisionismo do tema que ocorreu nas últimas décadas do século XX, no qual “acadêmicos concluíram que, de fato, o rearranjo positivo da mestiçagem não resolveu os problemas de raça ou classe na América Latina, mas, no lugar disso, os combinaram ao empregar uma retórica da inclusão concomitante a uma prática de exclusão” (MILLER, 2004, p. 5). Alan Knight, por exemplo, ao analisar esse tipo de pensamento excludente na América, escreveu que o “racismo pode ser dirigido para o subsolo (não necessariamente em local muito profundo); ele pode mudar suas premissas (indo, por exemplo, de um determinante biológico para outro, ostensivamente mais plausível) sem que essa mudança ideológica afete substancialmente a prática diária”, que pode se tornar mais virulenta por ser resultado de tentativas oficiais de discriminação positiva (In: GRAHAM, 1992, p. 98).

O livro de Pimentel e suas vinculações políticas com o império causaram-lhe embaraços com a queda do governo de Maximiliano. Respeitado estudioso de línguas indígenas, Pimentel teve que se retirar da vida pública durante os primeiros anos da vitória republicana. Laureado em várias instituições científicas européias e norte-americanas, foi recebido de volta aos círculos intelectuais mexicanos. Readmitido na Sociedade Mexicana de

Geografia e Estatística, ocupou cargos de professor em Liceus, publicou outros livros, mas nunca retornou à política. Suas idéias sobre mestiçagem, no entanto, encontraram reformulações mais profícuas e não caíram no ostracismo pelo qual seu autor teve que passar. Um exemplo disso deu-se na Sociedade Mexicana de Geografia e Estatística, em discurso de Ignacio Ramírez, lido em 1872, no qual afirmou que o futuro do mundo estava nas mãos de indivíduos frutos de misturas de sangue. “O homem dos séculos vindouros”, disse, “não poderá lisonjear-se da unidade de sua procedência; seu sangue será ao mesmo tempo africano, esquimó, caucásico e asteca”. Mas entender se a mudança entre esse discurso de elogio e inevitabilidade da mestiçagem e a proposta de Pimentel (de tomar o lugar do mestiço como passo intermediário para se alcançar uma sociedade una e branca) teria sido uma mudança realmente de fundo ou uma sofisticação do discurso racista requer um outro espaço de análise.

#### **Referências:**

BASAVE Benítez, Agustín. *México mestizo: Análisis del nacionalismo mexicano en torno a la mestizofilia de Andrés Molina Enríquez*. México: FCE: 1992.

GONZÁLEZ Navarro, Moisés. “El mestizaje mexicano en el periodo nacional”. *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. 30, No. 1., Jan. - Mar., 1968.

GRAHAM, Richard (Org.). *The idea of race in Latin America, 1870-1940*. Austin: University of Texas, 1992.

KRAUZE, Enrique. *La presencia del pasado*. México e Espanha: Fondo de Cultura Económica/Tusquets Editores, 2005.

MILLER, Marilyn Grace. *Rise and fall of the Cosmic Race*. Austin: University of Texas Press, 2004.

NAVARRETE Liñares, Federico. *Las relaciones interétnicas en México*. México: UNAM, 2004.

PIMENTEL, Francisco. *Memoria sobre las causas que han originado la situación actual de la raza indígena y medios de remediarla*. México: Imprenta de Andrade y Escalante, 1864.

ROZAT Dupeyron, Guy. *Los Orígenes de la Nación: pasado indígena e historia nacional*. México: Universidad Iberoamericana/Conacutla, 2001.